



TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

06/05/2026

Sumário

1. Alego devolve R\$ 550 milhões ao governo, que projeta duplicações até Santo Antônio, Vianópolis e Catalão	3
2. Devolução da Alego ocorre após aumentos em repasse do duodécimo	4

Alego devolve R\$ 550 milhões ao governo, que projeta duplicações até Santo Antônio, Vianópolis e Catalão

Visualizar notícia

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) oficializou nesta terça-feira (5) a devolução de R\$ 550 milhões ao Tesouro estadual. Os recursos serão utilizados para obras em rodovias que estão sob administração da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). O plano é acelerar duplicações que saem de Goiânia rumo a Santo Antônio de Goiás e Catalão.

De acordo com o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), R\$ 403 milhões foram transferidos nesta terça. Houve ainda a devolução de cerca de outros R\$ 150 milhões a partir de uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) para equalização de repasses de valores às instituições.

O bolo, segundo Peixoto, vai crescer. “Teremos uma segunda devolução ainda este ano. Serão mais de R\$ 150 milhões, que já estão em caixa, que serão devolvidos em 2026”, disse o deputado em entrevista coletiva. “Eles serão utilizados em projetos apresentados já aprovados ou que estarão aprovados nos próximos dias”, completou.

O presidente da Alego explicou que a devolução é fruto de uma economia que se deu a partir do encerramento de contratos de locação de veículos, de máquinas e outros cortes na burocracia cotidiana. De acordo com Peixoto, é a maior devolução da história. “Sabemos que o recurso será bem empregado. São recursos economizados que se tornam obras para melhorar a qualidade de vida da população do estado”, argumentou.

Receba as principais notícias e outros conteúdos como esse no seu WhatsApp! Siga o canal do Diário de Goiás.

Duplicações rodoviárias

Os principais eixos contemplados a partir da devolução destes recursos são as ligações de Goiânia a Catalão e a Santo Antônio de Goiás. De acordo com o governador Daniel Vilela (MDB), o processo já está encaminhado. Outro trecho tratado como crucial para duplicação é o da GO-010. No ano passado, a Goinfra entregou a via duplicada até o trevo com a GO-415, que dá acesso a Goianápolis. O projeto agora é levar a segunda pista até Vianópolis.

“Estes recursos darão condições de iniciarmos as obras o mais rápido possível, logo que forem concluídos os projetos executivos. Nossa expectativa é que estas obras comecem no mais tardar no início do próximo semestre”, disse o governador.

A duplicação da GO-462, de Goiânia a Santo Antônio de Goiás, é uma das principais reivindicações na mesa da Goinfra. O fluxo é intenso na última saída da capital ainda não duplicada. Depois da duplicação a Santo Antônio, no trecho de 17 quilômetros, o Estado quer levá-la até Nova Veneza, num trecho que tem 14 quilômetros.

No caso da GO-010, o projeto inicial e prioritário é levar a duplicação do trevo com a GO-415 até Vianópolis, passando por Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões e Silvânia. Posteriormente, a ideia é esticá-la até Orizona.

A mais complexa das obras é que vai conectar a capital até Catalão, centro regional do Sudeste goiano, em vias duplicadas. “Nós iniciamos de Catalão para cá. Já duplicamos da entrada da cidade até o trevo de Goiandira. Agora vamos para um novo trecho, até a Ponte do Veríssimo, e depois Ipameri. Também já temos contratadas as elaborações de projetos de Ipameri até Pires do Rio, depois Cristianópolis e, por fim, Bela Vista”, afirmou Daniel Vilela.

Devolução da Alego ocorre após aumentos em repasse do duodécimo

[Visualizar notícia](#)

A devolução de quase R\$ 550 milhões da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) ao Poder Executivo, nesta terça-feira (05), ocorreu após acúmulo de recursos repassados pelo próprio governo estadual à Casa, por meio do duodécimo constitucional. A conta entre receitas e despesas no Legislativo passou a registrar seguidos superávits a partir de 2022, com a regularização das transferências legais, sem as dificuldades vivenciadas na crise financeira de 2019 e na pandemia de covid-19 em 2020 e 2021.

Para além do discurso de economia e austeridade adotado nos dois biênios da gestão do deputado estadual Bruno Peixoto (UB), a ampliação da "poupança" da Alego foi viabilizada pelo pagamento integral do repasse, definido pela Constituição Estadual, e pela exclusão de todos os gastos com pessoal da contabilização de contas bancadas com o duodécimo. De acordo com o Portal da Transparência e as informações repassadas pela diretoria financeira da Casa, os repasses somaram R\$ 837,9 milhões desde 2021 e o superávit totalizou R\$ 565 milhões, no mesmo período.

O duodécimo corresponde ao repasse mensal obrigatório realizado pelo Executivo aos demais Poderes e órgãos autônomos, equivalente a 1/12 do orçamento anual do Estado. Além da decisão pelo repasse integral, efetivada pelo ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) ainda no primeiro ano de gestão, a evolução das verbas contou com impacto positivo do crescimento da receita estadual.

A Constituição Federal estabelece a devolução automática de qualquer sobra ao fim de cada ano, mas, como antecipado pelo POPULAR, Ministério Público Estadual (MP-GO), Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) e Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO), além da Alego, acumularam R\$ 735 milhões de valores não gastos, desde a regularização dos pagamentos até o fim de 2025.

A retenção pelos poderes motivou, em janeiro, ainda na gestão Caiado, a determinação para bloqueio de repasses mensais do duodécimo em 2026, em estratégia para forçar os órgãos a aplicar o valor não utilizado na manutenção e investimentos. O bloqueio de recursos da Alego totalizou R\$ 88,4 milhões, de janeiro a abril, mas o montante foi incluído na contabilização dos recursos devolvidos ao Tesouro Estadual nesta terça.

Ao mesmo tempo em que as transferências regulares geraram aumento de receita, a Alego registrou intenso crescimento de despesas, principalmente com pessoal, que são bancadas diretamente pelo Executivo, sem afetar o duodécimo. O valor total líquido da folha saiu de R\$ 420,2 milhões em 2022, último ano antes da gestão atual, e passou para R\$ 597,3 milhões no fechamento do ano passado.

As despesas correntes, que incluem contas de custeio bancadas pelo repasse constitucional, também registraram crescimento ao longo do mesmo período, partindo de R\$ 111,8 milhões até alcançar R\$ 218 milhões em 2025 e previsão de R\$ 285 milhões neste ano. Os valores, no entanto, não têm impacto direto nos gastos com o duodécimo da Casa, já que benefícios extras aos servidores e o custo do auxílio alimentação, pago a todos os efetivos e comissionados, contabilizados nesse item, são arcados diretamente pelo governo estadual.

(Arte/O Popular)
(Arte/O Popular)

(Arte/O Popular)
Na conta

Na prática, os recursos repassados pelo Executivo servem apenas para bancar custos de manutenção, contratos de prestação de serviços e investimentos, como mobiliário e sistemas de tecnologia da informação, por exemplo. Durante o anúncio, Peixoto retomou a defesa por economia nesta fatia dos recursos e citou impactos positivos com a compra da frota própria de

veículos e encerramento de outros contratos de locação para serviços da Casa, além de redução na aquisição de papel, entre outras medidas.

"Com o corte de despesas, com todo um trabalho da nossa diretoria de economia da Assembleia Legislativa, nós trabalhamos e conseguimos a redução das despesas. E esse volume foi durante os anos da nossa gestão para hoje efetuar a devolução", disse o presidente.

A intenção dos deputados estaduais é de que os recursos devolvidos sejam aplicados em obras de duplicação de rodovias, com investimentos nas primeiras etapas das rodovias que ligam Goiânia a Nova Veneza, Goiânia a Orizona e Bela Vista de Goiás a Catalão. O governador Daniel Vilela (MDB) confirmou que os recursos devolvidos são repassados diretamente ao fluxo de caixa do tesouro estadual, sem possibilidade de carimbar a destinação. A destinação, portanto, depende da "palavra" dada no evento.

"Isso será devolvido para o Tesouro, que tem um fluxo diário de investimento, de custeio, de manutenção. Então, naturalmente, a gente tem que fazer um compromisso aqui de palavra, de homem sério, de pessoas que têm compromisso com a boa execução dos recursos públicos. Não há nenhuma desconfiança. Tenho certeza que os deputados também sentem da mesma forma e acompanham a evolução desses projetos, principalmente aqueles que têm uma relação política mais próxima ainda com esses municípios", apontou Daniel.

O governador ainda minimizou os bloqueios de duodécimo realizados pelo Executivo nos primeiros quatro meses do ano, justamente pela não devolução anterior das sobras. "Não houve nenhum represamento. O que houve foi um entendimento, através de uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado, para que pudesse equalizar a transferência do recurso do Estado para os demais poderes. A partir dali, como a Assembleia tinha esse saldo, foi debitado, através da orientação do TCE. Mas você vê que o Bruno, espertamente, já botou na conta que foram R\$ 88 milhões já utilizados", afirmou.

Depois dos bloqueios, o presidente da Alego espera realizar nova devolução, ainda em 2026 e antes das eleições, no valor de R\$ 150 milhões, a partir dos repasses que voltarão a ser realizados pelo Executivo. Segundo o deputado, no entanto, o recurso "já está no caixa".